

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

A Lavagem de Dinheiro

Constitui motivo de gáudio participar da abertura do I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro, patrocinado pelo Superior Tribunal de Justiça em parceria com o Banco Central do Brasil. Estou convencido de que é imperioso o debate sobre temas de grande relevância para a sociedade, com a participação dos setores responsáveis pela solução dos problemas em discussão no plano da elaboração de leis e da sua aplicação, bem como daqueles que se dedicam ao estudo das questões sociais sob a ótica das disciplinas especializadas.

A expressão “lavagem de dinheiro” é empregada para destacar a operação que transmuta o dinheiro “sujo”, isto é, aquele obtido mediante atividades ilícitas, em “limpo”. Trata-se, nas palavras do Dr. Marco Antônio de Barros, de “reciclagem do dinheiro ilegal”.

Sabe-se, hoje, que, na órbita internacional, circula cerca de um trilhão de dólares, quantia superior ao PIB do Brasil, proveniente de atividades ilícitas, a maior parte delas oriunda do crime organizado, com grande poder de corrupção de governos e de setores significativos da sociedade. Esse “dinheiro sujo” advém do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; de terrorismo; de contrabando ou comércio de armas e munição ou material destinado à sua produção; de extorsão mediante seqüestro; de crime contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos; de crime contra o sistema financeiro nacional e daqueles perpe-

trados por organização criminosa, segundo prevê o art. 1º da Lei nº 9.613, de 3.de março de 1998.

A citada lei, aprovada neste ano, além de tipificar os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, dispôs sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos nela previstos e criou o Conselho Nacional de Atividades Financeiras – COAF. Cuida-se de diploma legal que pôs em prática os objetivos consubstanciados na Convenção de Viena, datada de 19 de dezembro de 1988, assinada pelo Brasil e ratificada pelo Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991. Por meio deste, o nosso País procurou atender aos seus interesses e também aos de outras nações no combate aos crimes transnacionais, mormente o narcotráfico.

É sabido que constitui tarefa hercúlea enfrentar e vencer os danos decorrentes da rápida movimentação de volumosos capitais obtidos pela via criminosa, que circulam pelo mundo, com grande velocidade, sem qualquer compromisso com a ética, a moral e os bons costumes, atingindo, como um vírus de alto poder destruidor, governos, políticas econômicas e sociais e sistemas financeiros. Importante, porém, é que os cidadãos se aliem para uma luta que se antevê demorada, custosa, cuja vitória só pode ser alcançada com a conscientização e participação de toda a população, estimulada e esclarecida por setores responsáveis pelo Estado e pela sociedade organizada.

Uma das grandes batalhas a serem travadas para se alcançarem os objetivos colimados é a do entendimento. Sem a adoção de novos conceitos e princípios jurídicos e sem a eliminação de práticas ortodoxas e concepções filosóficas inadequadas a um mundo que passa por rápidas transformações, estar-se-á, pela omissão, a colaborar para o sucesso, cada vez maior, de criminosos de alta periculosidade para a sociedade, o que não se pode conceber. No tópico, contribuição significativa poderá ser dada por este ciclo de estudos.

Congratulo-me, neste ensejo, com o Presidente do Banco Central e, em especial, com o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro pela organização do simpósio, principalmente pela feliz escolha da temática e dos conferencistas e painelistas. Tenho a certeza de que o evento terá um grande êxito, e o seu beneficiário será o povo brasileiro.

* Discurso proferido em 3 de dezembro de 1998, na abertura do
“I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro”.
Auditório do Banco Central, Brasília – DF.